

As eleições de 2002 e a vontade popular

Evaldo Vieira - FEUSP

RESUMO

Nas eleições de outubro de 2002, no Brasil, continuaram as deformações da representação política. Os eleitores acreditaram nas mudanças com continuidade e não se lembraram da base autoritária e corporativista do voto obrigatório no Brasil. De um lado, a ojeriza da população aos “políticos” em geral; de outro, a sobrevivência dos velhos e novos oligarcas.

A oposição ganhou a presidência da República no Brasil, mas governará sob o dilema de pagar inúmeras dívidas e ter de cumprir seu programa de mudanças econômicas, sociais e políticas.

Palavras-chave: Eleição. Corporativismo. Autoritarismo. Democracia. Voto obrigatório.

RESUMÉ

Au long des élections au Brésil en octobre 2002, les déformations de la représentation politique ont persévéré. Les électeurs ont cru aux changements de continuité, sans tenir compte du socle autoritaire et corporatiste du vote obligatoire au Brésil. D'un côté, l'aversion pour les politiciens en général; de l'autre, la survivance des anciens et des nouveaux oligarques. L'opposition a remporté la Présidence de la République au Brésil, et il reste le dilemme de solder de nombreuses dettes et de remplir son programme de changements économiques, sociaux et politiques.

Mots clés: Élections. Corporations. Autoritarisme. Oligarchies. Vote obligatoire.

As eleições de outubro de 2002 fertilizaram as esperanças de milhões de brasileiros, de vários tipos: dos eternos esperançados; dos esperançados modelados na luta de muitos anos e até de décadas; dos esperançados recentes; dos esperançados que não viam outra saída a não ser essas eleições; e do grande número dos esperançados desesperados e aflitos.

Se for verdade, como dizia Walter Benjamin, que, em nome dos desesperançados, está a esperança, também é verdade, como, por seu lado, escrevia William Faulkner, que o passado não passou, sequer é passado.

Mesmo não alargando demais essas impressões eleitorais, é indispensável assinalar que as enormes deformações da representação política continuaram mais presentes do que nunca. Fala-se de partidos de esquerda, de centro e de direita, sem explicar o que é isso, sem qualquer sentido. Esperam-se mudanças na continuidade, com o voto de uma população que, de modo geral, apresenta muito desconhecimento, muita despolitização e é amansada principalmente pela mídia. Até os arremedos de socialista esquivaram-se da pose de socialismo ético. Não foi preciso, porque a corrupção deu a sensação de que nem se abalou, antes pelo contrário e, por seu lado, as oligarquias festejaram seu bom êxito nas urnas.

No que diz respeito ao voto obrigatório, durante essas eleições, quase não se lembrou de que ele, no Brasil, se resume num fruto contaminado desde o princípio pelo autoritarismo e pelo corporativismo. Ora, pois, ainda assim, muitos louvaram o voto obrigatório como exemplo de patriotismo. E o voto obrigatório mais uma vez oprimiu a cabeça do brasileiro que tem demonstrado, de modo geral, progressiva ojeriza pelos chamados “políticos”, tanto os que “vivem para a política” como os que “vivem da política” (para recordar a tipologia de Max Weber).

Tal ojeriza, quase sempre tocando as raias do desprezo declarado, aparentemente concentra-se nos legisladores da Câmara dos Deputados, do Senado, das Assembléias Legislativas Estaduais e nas Câmaras Municipais. De fato, essa ojeriza não se volta apenas para os legisladores e sim para todos os “políticos”, a levar-se em conta o que se ouve nas ruas e se vê nos dados das eleições. Todos os “políticos” se acham mais funcionários públicos a reivindicar aumento de pagamentos (pró-labores, jetons etc.) e de subsídios do que representante de quem quer que seja.

Nas conversas e na imprensa, tratou-se do que mudou e do que não mudou nas últimas eleições. A *Folha de S. Paulo* (16/10/2002) estampou artigo, denominado: “Velhos e novos caciques”, de Luís Francisco Carvalho Filho, sobre mudanças e permanências eleitorais. Como bem observou o autor, Paulo Maluf, Fernando Collor e Orestes Quércia perderam; Antônio Carlos Magalhães regressa ao Senado, com seu filho como suplente, e seu neto, Antônio Carlos Magalhães, elegeu-se deputado federal. Roseana Sarney tornou-se senadora. Jader Barbalho retorna à Câmara dos Deputados e elegeu também um filho como deputado estadual. Destacou o mencionado artigo que o PT cresceu, acrescentando ainda: “velhas dinastias permanecem intactas e novas dinastias políticas estão se formando. Inclusive no PT”.

Os números podem evidenciar a força dos eleitos e dos derrotados nas eleições realizadas em outubro de 2002.

Dentre os senadores eleitos, *aproximadamente*, Antônio Carlos Magalhães obteve em torno de 2.995.559 votos; Roseana Sarney em torno de 1.314.524 votos; Marco Maciel em torno de 1.799.895 votos; Tasso Jereissati em torno de 1.915.781 votos; e Garibaldi Filho em torno de 714.363 votos. Dos candidatos derrotados ao Senado, Orestes Quércia alcançou *por volta de* 5.550.803 votos; Dante de Oliveira por volta de 439.327 votos; Pedro Pedrossian por volta de 423.301 votos; e Geraldo Melo por volta de 479.723 votos.

Para a Câmara dos Deputados, ganharam os candidatos: Antônio Carlos Magalhães Neto com *apro-*

ximadamente 400.275 votos; José Roberto Arruda com aproximadamente 320.692 votos; Sarney Filho com aproximadamente 111.479 votos; e Jader Barbalho com aproximadamente 344.018 votos.

Até Paulo Maluf, derrotado no primeiro turno das últimas eleições para o governo do Estado de São Paulo, acontecimento exageradamente tido como mudança da opção dos eleitores, obteve *em torno de* 4.188.929 votos, significando 21,38% dos votos válidos no Estado. Esperidião Amin, igualmente candidato derrotado no segundo turno das eleições do governo do Estado de Santa Catarina, para o qual concorria tentando a reeleição alcançou 1.491.723 votos, ou seja, 49,66% dos votos válidos no Estado. E ainda Joaquim Roriz venceu o segundo turno das eleições ao governo do Distrito Federal (Brasília) com cerca de 606.988 votos, isto é, 50,22% dos votos válidos.

Cabe perguntar se tal quadro numérico, acima e sucintamente exposto, não revela a força do conservadorismo e diminui o alcance e a profundidade das mudanças acontecidas.

Cabe também perguntar se o conjunto desses eleitores responsáveis pelos votos dados aos referidos candidatos preocuparam-se com alteração da prática política, com oligarquias, com demissões de alguns deles para evitar cassação ou com alguma ética. É claro que não.

O candidato derrotado no segundo turno das eleições presidenciais, José Serra, continuador do governo de Fernando Henrique Cardoso, chegou a *aproximadamente* 33.370.739 votos, significando 36,41% dos votos válidos no Brasil, o que quer dizer também que esses eleitores aceitam a situação em que se encontra o país. Em outras palavras, isso quer dizer que esses eleitores reconhecem que deveriam continuar as atuais condições brasileiras, nunca vistas anteriormente, de “vende-se”; de “aluga-se”; de “passa-se o ponto”; de “me dá um real”; de “procura-se emprego”; de “eu também já fui assaltado”; de reclamação dos consumidores contra várias empresas privatizadas, de que é exemplo a Telefônica; de financiamento de empresas internacionais; de empréstimo no Fundo Monetário Internacional (FMI); de pagamento da dívida externa; de “risco país”; de

perigo de aumento da inflação etc., sem ao menos pensar que não há elevação da inflação com arrocho salarial prolongado e com queda do poder aquisitivo dos consumidores.

Todavia, merecem realce outros casos, como a eleição de Enéas Carneiro, para a bancada de São Paulo, no Congresso Nacional, na condição de o mais votado, com *perto* de 1.573.112 votos, quase três vezes mais votos do que o segundo colocado, elegendo com ele mais cinco outros deputados federais de seu partido.

O jornal *O Globo* (22/10/2002) publicou artigo intitulado de “My name is Enéas!”, no qual diz: “Enéas foi durante muito tempo tratado como piada, mas é o neofascista brasileiro que pode rir por último”, segundo o título de reportagem de cerca de mil palavras sobre o deputado federal mais votado da História do Brasil, publicada ontem na página 5 da seção “Internacional” do jornal “The New York Times”. E, ainda, no mesmo artigo: “O eleitorado me apoiou como um repúdio claro, retumbante e inequívoco de uma classe política que é podre, suja, repugnante e não-patriota”. E depois se manifesta Enéas: “Quando perguntado sobre sua opinião acerca dos integralistas, um movimento fascista que floresceu no Brasil nos anos 30, Carneiro expressou certa simpatia por seus pontos-de-vista: “Isso foi antes do meu tempo”, disse ele, mas acrescentou que “há algumas semelhanças entre nós e os integralistas””.

Outro fato que dá o que pensar, a respeito das transformações eleitorais em outubro de 2002, está na eleição do Coronel Ubiratan Guimarães para deputado estadual em São Paulo. Noticiando o acontecimento, o jornal *Tribuna do Direito* (novembro de 2002) afirma: “O coronel Ubiratan Guimarães, condenado a 632 anos de prisão pela morte de 111 presos na invasão, em outubro de 1992, da Casa de Detenção, foi eleito, com 56 mil votos, deputado estadual e, embora não tenha direito à imunidade em função de o caso ter ocorrido antes do início do mandato, passa a ter foro especial a partir de janeiro e não poderá ser julgado pelo júri popular. A responsabilidade para julgá-lo será do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, composto pelos 25 desembargadores mais an-

tigos. O coronel foi julgado e condenado pelo 1º Tribunal do Júri, mas recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça. A defesa quer anular o julgamento. Se o recurso for acolhido, o TJ terá de determinar a realização de um novo júri, o que poderia adiar indefinidamente o desfecho do processo”.

É verdade que, nessas eleições, a oposição atingiu a Presidência da República, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, conseguindo cerca de 52.793.364 votos, o que representa 57,59% dos votos válidos nacionais. O presidente eleito pela oposição, pela sua origem operária, pela sua carreira sindical e política, pelos seus projetos, assim como pelo seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), indica novos tempos e abre oportunidades geradoras de muito entusiasmo, otimismo e esperança de melhores dias. Todavia, não aconteceu a refundação do Brasil, que já está fundado há muito tempo e não tem meios de partir do ano zero, por vários motivos, como os acima descritos.

Em seu primeiro pronunciamento, em 29/10/2002, o presidente vitorioso nas urnas, Luiz Inácio Lula da Silva, interpretou o seu sucesso: “A nossa chegada à Presidência da República é fruto de um vasto esforço coletivo, realizado, ao longo de décadas, por inúmeros democratas e lutadores sociais”. E mais: “A maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento, do desenvolvimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda”. E ainda: “Não há solução milagrosa para tamanha dívida social, agravada no último período. Mas é possível e necessário começar, desde o primeiro dia de governo”.

Nunca o Brasil achou-se econômica, política e culturalmente tão dependente dos investimentos estrangeiros e do poder de outros países, notadamente do jogo financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), sob a supremacia dos Estados Unidos da América. Nunca o Brasil foi dirigido por um governo tão voltado para o exterior ao país.

A liberalização, a privatização e o controle da inflação foram realizados velozmente no Brasil, mas seus

habitantes continuam esperando até agora as recompensas prometidas. O crescimento na década de 1990 foi pouco superior à metade do de décadas anteriores a essas reformas. O Brasil, do mesmo modo que a Argentina e a Turquia estão perto do limite da crise financeira, embora tenha feito tudo (ou quase tudo) o que o Fundo Monetário Internacional (FMI) indicou, particularmente nos últimos anos da década de 1990. Ainda assim, o Brasil não escapou da crise financeira e, ao contrário, a viu crescer como não tinha sucedido antes.

Debaixo de demonstrações da transição amistosa do governo do PSDB ao governo do PT, Fernando Henrique Cardoso, seu ministério e demais partidários, querem transmitir a todos uma sensação de que tudo está bem, perfeito, democrático e moderno, de fazer inveja aos outros países do mundo, inclusive à Organização das Nações Unidas (ONU). O que precisava ser feito, foi feito, agora é só progredir. Depois deles, só não haverá bom êxito, se os vencedores não quiserem ou não souberem, porque os derrotados sabem.

Logo, a maioria de aproximadamente 52.793.364 votos, ou então, 57,59% dos votos válidos nacionais, que derrotou nas urnas o candidato José Serra, continuador de Fernando Henrique Cardoso, estava errada ou enganada. O governo de Fernando Henrique Cardoso e o PSDB, derrotados nas eleições, estão no bom caminho, mas os eleitores que votaram na oposição, não!

Antes mesmo da posse do novo presidente da República, em janeiro de 2003, os derrotados no segundo turno das eleições de outubro de 2002 e seus aliados vêm exercendo papel deletério para a futura atuação do governo nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dentre os mais importantes aliados dos derrotados nas eleições presidenciais, colocam-se a grande imprensa e a mídia em geral. Os vencidos e a mídia parecem usurpar a vontade da maioria dos votantes, que escolheu o candidato opositor e seu programa partidário elegendo-o para a Presidência da República, ao substituírem os vencedores pelo continuísmo do PSDB.

Longe disso, a maioria dos eleitores votou para mudar esse estado de coisas, votou, para ser aplicado ao Brasil, outro modelo econômico e social, que atendessem os interesses nacionais, aliás, há muito esquecidos por

aqui, mas não em outras terras estrangeiras. A defesa de interesses nacionais não se mistura com o fortíssimo nacionalismo direitista, muitas vezes de feição nazi-fascista, presente nos Estados Unidos e no Japão, em meio a outros lugares, secularmente existente na Europa, de onde jamais desapareceu, e, neste momento, bastante aceso, depois que a antiga União Soviética deixou de reprimi-lo.

Salvo algum engano, a política econômica a ser legada para o novo governo da República deverá conter inúmeros compromissos e dívidas a serem saldadas, que comprometem a ação do futuro governo federal para muito além de 2003. As amarras e os nós do orçamento, já utilizados, permitirão pequeno espaço ao avanço do programa do PT, vencedor nas urnas.

Logo, a política social deverá permanecer fragmentada, intensamente influenciada pela linguagem, pela ideologia e pela prática neoliberal, baseada no chamado terceiro setor e nas organizações não-governamentais. Pelo menos no campo da política social, parafraseando William Faulkner, citado no começo, o neoliberalismo não passou, ele sequer é passado.

O novo governo federal terá de descobrir meios de praticar a justiça econômica de forma clara e organizada: realizando melhor distribuição de renda entre os brasileiros; reduzindo os impostos para todos os que vivem do trabalho, qualquer que seja ele; aumentando também o número de beneficiados e o valor da renda mínima; ampliando as bolsas em vários setores, com valores mais significativos.

A realização de reforma agrária verdadeira no Brasil clama aos céus e aos séculos, com a finalidade de oferecer boas condições de vida às populações rurais, quase sempre lançadas à miséria crônica. Não deve ser esquecido que as atividades agropecuárias é que têm de fato pago a dívida externa do país, desde o século XIX até hoje, apesar das transformações econômicas do Brasil.

Na política social, já se vislumbra uma opção pelo foco, ao menos na escolha pelo futuro governo nacional do PT, da prioridade do combate à fome. Existe agora oportunidade de ouro para concretizar a política social de cunho universal e de qualidade respeitável no campo da educação, da família, da saúde, da assistência, da

previdência social, da habitação, edificando as bases da justiça distributiva.

Para tanto, é fundamental que o novo governo federal cumpra à risca dois princípios basilares: primeiro, rejeitar ardentemente a tecnoburocracia da política econômica e da política social (na qual floresce também a tecnoburocracia da fome); segundo, manter fidelidade ao seu programa governamental e, sobretudo, às suas lutas, não traíndo tanto a história de seu líder como as reivindicações centenárias da população brasileira, submetendo-se ao controle da sociedade, e, de modo particular, dos grupos mais necessitados e não institucionalizados.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. Velhos e novos caciques, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 2002.

[O CORONEL Ubiratan Guimarães, condenado a 632 anos de prisão], *Tribuna do Direito*, São Paulo, nov. 2002.

MY name is Enéas!, *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 out. 2002.